



# Diário Oficial

PORTE PAGO  
DR/SP  
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

Volume 105 • Número 196 • São Paulo • Quinta-Feira, 12 de Outubro de 1995

## PODER LEGISLATIVO

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura  
Palácio Nove de Julho  
Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº - Ibirapuera - Fone: 886-6122

Presidente: Ricardo Tripoli

1º Secretário: Luiz Carlos da Silva  
3º Secretário: Mauro Bragato

1º Vice-Presidente: Clóvis Volpi  
2º Vice-Presidente: Afanasio Jazadji

2º Secretário: Roberval Conte Lopes Lima  
4º Secretário: Roberto Gouveia

### RESOLUÇÃO

#### Resolução nº 772, de 11-10-95

Extinção de cargos do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa e de outras providências.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea j do inciso II, do artigo 14 da VII Consolidação do Regimento Interno e nos termos da resolução pelo Plenário, promulga a seguinte resolução:

Artigo 1º — Ficam extintos do QOC-I, do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa, 56 cargos de Assessor Técnico Legislativo/Assessor Técnico Legislativo-Fiscalizador.

Parágrafo único — Os cargos de Assessor Técnico Legislativo e Assessor Técnico Legislativo-Fiscalizador, cujos ocupantes tenham a efetividade assegurada por lei serão extintos na vacância, exceto os 5 primeiros, que serão providos por concurso público.

Artigo 2º — Aos ocupantes de cargos de Assessor Técnico Legislativo-Fiscalizador e de Assessor Procurador-Chefe, bem como aos aposentados nesses cargos e pensionistas, fica assegurado o regime retributivo — vencimentos e vantagens pecuniárias — aplicável aos integrantes de carreira de Procurador do Estado.

Artigo 3º — A vantagem incorporada pelo servidor do QOC-I, nos termos do artigo 133 da Constituição do Estado, pelo exercício de cargo em comissão de Assessor Técnico Legislativo-Fiscalizador, deverá ser calculada sobre o valor da remuneração desse cargo — vencimentos e vantagens pecuniárias — observando-se o disposto no artigo anterior.

Artigo 4º — Os atuais cargos de Chefe de Gabinete da Presidência, 1º e 2º Secretarias, passam a denominar-se Assessor Chefe de Gabinete da Presidência, da 1ª e da 2ª Secretarias, de provimento em comissão, que serão exercidos em jornada completa de trabalho, enquadrados na referência 9 da Escala de Vencimentos Legislativa.

Artigo 5º — Os cargos de Secretário-Diretor Geral e de Secretário-Diretor Geral Adjunto ficam reclassificados, respectivamente, nas referências 10 e 9, da Escala de Vencimentos Legislativa.

Artigo 6º — A Escala de Vencimentos Legislativa a que se refere o artigo 1º da Resolução 771, de 9 de março de 1995, passa a ser constituída por 14 referências, que guardarão, entre si, uma diferença de 10% (dez por cento).

Artigo 7º — Aos cargos previstos nos artigos 4º e 5º desta Resolução estabelecer-se-ão as vantagens pecuniárias concernentes à Escala de Vencimentos Comissão, aplicáveis no âmbito da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Artigo 8º — A partir da publicação desta Resolução, deixa de ser atribuída a vantagem pecuniária mensal do mesmo valor da instituída pela Lei Complementar 272, de 10 de março de 1992 e alterações posteriores, aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão, de Chefe de Gabinete da Presidência, da 1ª e 2ª Secretarias, de Secretário-Diretor Geral e de Secretário-Diretor Geral Adjunto, do QOC-I.

Artigo 9º — Fica assegurada a aposentadoria com fundamento e nas condições do artigo 26 do Decreto-Lei Complementar 11, de 2 de março de 1970, com a redação dada pelo Decreto-Lei Complementar 13, de 25 de março de 1970, ao servidor do QOC-I, que, em 15 de março de 1995, satisfizesse os requisitos exigidos nessa legislação, ocupando cargo de Assessor Técnico Legislativo-Fiscalizador.

Artigo 10 — As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento, suplementadas, se necessário.

Artigo 11 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de outubro de 1995.

a) RICARDO TRÍPOLI, Presidente  
a) Luiz Carlos da Silva, 1º Secretário  
a) Conte Lopes, 2º Secretário

### ORDEM DO DIA

16 de outubro de 1995  
244ª Sessão Ordinária

#### Proposições em Regime de Tramitação Ordinária

1-Discussão e votação da Moção nº 17, de 1994, apresentada pelo deputado Clemente Manoel, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de impedir o desvio de recursos públicos para os fundos de pensão das empresas estatais. Parecer nº 1819, de 1994, da Comissão de Administração Pública, favorável.

2-Discussão e votação da Moção nº 18, de 1994, apresentada pelo deputado Afanasio Jazadji, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser obrigatória a instalação de cintos de segurança em todos os assentos dos coletivos. Parecer nº 930, de 1994, da Comissão de Transportes, favorável.

16 de outubro de 1995  
245ª Sessão Ordinária

#### Proposições em Regime de Tramitação Ordinária

1-Discussão e votação do Projeto de lei nº 390, de 1994, apresentado pelo deputado João Leiva, acrescentando dispositivo à Lei nº 1817, de 27 de outubro de 1978, com o objetivo de adequar o zoneamento industrial do Município de Santana do Parnaíba. Parecer nº 651, de 1995, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Pareceres nºs 652, 663 e 664, de 1995,

### SUMÁRIO

Ordem do dia	1
Pauta	1
Oradores Inscrições	2
Expediente	2
Atos Administrativos	9
Debates	11
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	12
TRIBUNAL DE CONTAS	13

Este caderno, com as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

respectivamente das Comissões de Economia e de Assuntos Metropolitanos e de relator especial pela Comissão de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda.

2-Discussão e votação do Projeto de lei nº 172, de 1995, apresentado pelo Tribunal de Justiça, criando cargos necessários ao atendimento da Lei Complementar nº 762, de 30 de setembro de 1994. Com proposta de alteração. Pareceres nºs 658 e 659, de 1995, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis ao projeto com a proposta de alteração.

### PAUTA

16 de outubro de 1995  
244ª Sessão Ordinária

#### Em pauta por 3 (três) sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 157 e o item 3, parágrafo único do artigo 149 do Regimento Interno.

#### 1ª Sessão

1-Projeto de lei nº 762, de 1995, apresentado pelo deputado Nivaldo Santana, dispondo sobre a utilização de infra-estrutura das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, nos serviços de transmissão de dados e sinais por meio físico.

2-Projeto de lei nº 763, de 1995, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, dispondo sobre a proibição de assumir cargos no primeiro e segundo escalões do Governo do Estado às pessoas ligadas ou sócias de empresas de consultoria política e/ou econômica.

3-Projeto de lei nº 764, de 1995, apresentado pelo deputado Fernando Cunha, incluindo no calendário turístico do Estado o "Festival do Folclore de Olímpia", naquele Município.

4-Projeto de lei nº 765, de 1995, apresentado pelo deputado Nabi Abi Chedid, dando a denominação de "Padre Francisco Jorge do Amaral" à Delegacia de Ensino de Bragança Paulista, naquele Município.

5-Moção nº 423, de 1995, apresentada pela deputada Cecília Passarelli, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de combater as drogas no currículo escolar e elaborar um manual para o educador.

6-Moção nº 424, de 1995, apresentada pelo deputado Marcelo Gonçalves, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de propor alterações na legislação atual do trânsito para tipificar como delitos os homicídios ocorridos em função de excesso de velocidade ou de embriaguez.

7-Moção nº 425, de 1995, apresentada pelo deputado Marcelo Gonçalves, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de suspender a intervenção do Banco do Estado de São Paulo - Banespa e apresentar uma proposta viável para renegociação da dívida da instituição.

8-Moção nº 426, de 1995, apresentada pelo deputado Marcelo Gonçalves, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de adotar a farinha de mandioca no programa alimentar da cesta básica.

9-Moção nº 427, de 1995, apresentada pelo deputado Marcelo Gonçalves, apelando para o Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de avaliar as reformas administrativas propostas pelo Executivo considerando-se o impacto de uma eventual demissão em massa do funcionalismo sobre o comércio de todos os estados brasileiros.

#### 2ª Sessão

Projeto de lei nº 760, de 1995, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, dispondo sobre autorização à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP a cobrar taxa, nas contas de água, para indenizar pessoas que sofreram prejuízo em decorrência de enchentes.

#### 3ª Sessão

1-Projeto de lei Complementar nº 122, de 1995, apresentado pelo deputado Carlos Alberto Bel, acrescentando dispositivo ao artigo 2º da Lei Complementar nº 651, de 1990, que dispõe sobre a criação, fiação, incorporação ou desmembramento de municípios e criação, organização e supressão de distritos.

2-Projeto de lei Complementar nº 123, de 1995, apresentado pelo deputado Renato Simões, alterando o artigo 1º da Lei Complementar nº 656, de 1991, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de tarifas de transporte a pessoas portadoras de deficiência.

3-Projeto de lei nº 755, de 1995, apresentado pelo deputado Hamilton Pereira, acrescentando dispositivo à Lei nº 6544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica.

4-Projeto de lei nº 756, de 1995, apresentado pelo deputado Renato Simões, dispondo sobre a criação do Conselho Gestor do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e disciplina o uso da fazenda Mato Dentro.

5-Projeto de lei nº 757, de 1995, apresentado pelo deputado Calúni Crespo, alterando dispositivo da Lei nº 8998, de 1994, que dispõe sobre a fiscalização, no Estado de São Paulo, do envasilhamento, comercialização e distribuição fracionada do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

6-Projeto de lei nº 758, de 1995, apresentado pelo deputado Uebe Rezek, dando a denominação de "Professora Ivonne Pereira Nogueira" à Escola Estadual de 1º Grau do Conjunto Habitacional Newton Siqueira Sopa, em Barretos.

7-Projeto de lei nº 759, de 1995, apresentado pelo deputado Uebe Rezek, dispondo sobre a criação, na estrutura da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, do Cadastro das Cnsas de Apoio aos Portadores do Vírus HIV.

8-Moção nº 421, de 1995, apresentada pelo deputado Luiz Lune, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de duplicar a Rodovia Regis Bittencourt - BR-116, entre os estados de São Paulo e Paraná.

9-Moção nº 422, de 1995, apresentada pelo deputado Gilberto Kassab, apelando para os Srs. Presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Senado no sentido de elevar os tributos e as alíquotas referentes ao fumo, seus derivados e às bebidas alcoólicas.

#### 4ª Sessão

1-Projeto de lei nº 753, de 1995, apresentado pela deputada Maria do Carmo Fiumi, dando a denominação de "Prof. Anthoner Fiumi" à Escola Estadual de 1º Grau Conjunto Habitacional Cidade Nova I, em Ita.

2-Projeto de lei nº 754, de 1995, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, propondo a moratória de três anos para instalação de incineradores de resíduos.

3-Moção nº 417, de 1995, apresentada pelo deputado Missei Margato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de alterar os dispositivos da Lei nº 3999/01, que disciplina o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas.

4-Moção nº 418, de 1995, apresentada pela deputada Célia Artacho, apelando para o Congresso Nacional no sentido de elaborar proposta de emenda à Constituição definindo orçamento próprio e compatível com um sistema de saúde justo e eficiente.

5-Moção nº 419, de 1995, apresentada pela deputada Célia Artacho, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de incluir a obrigatoriedade dos hospitais em utilizar um percentual da receita proveniente do SUS em recursos humanos.

6-Moção nº 420, de 1995, apresentada pelo deputado Paschoal Thomeu, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de incluir a utilização, pelos consorciados portadores de carta de crédito, dos descontos oferecidos pelas revendedoras na contratação de seguro para seu veículo ou pagamento de taxas de licenciamento.

#### 5ª Sessão

1-Projeto de lei nº 750, de 1995, apresentado pelo deputado Hamilton Pereira, declarando de utilidade pública a "Associação de Terapeutas Naturistas de Sorocaba", naquele Município.

2-Projeto de lei nº 751, de 1995, apresentado pelo deputado Uebe Rezek, dispondo sobre a criação do Núcleo de Apoio Jurídico às Vítimas do HIV, na estrutura da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania.

3-Projeto de lei nº 752, de 1995, apresentado pelo deputado Renato Simões, incluindo "Princípios Básicos de Direitos Humanos" no currículo escolar de 1º e 2º graus.

4-Moção nº 416, de 1995, apresentada pelo deputado Paschoal Thomeu, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de aumentar, no ante-projeto da reforma do Código Penal e do Processo Penal, a pena para crimes hediondos.

#### Em pauta por 3 (três) sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o item 2, parágrafo único, do artigo 149 do Regimento Interno (Prioridade)

#### 1ª Sessão

Projeto de lei nº 761, de 1995, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, autorizando a Secretaria de Estado da Educação a firmar convênio com empresas prestadoras de serviços médicos e empresas privadas, para prestarem gratuitamente assistência médico-hospitalar a escolares da rede pública estadual.

#### Em pauta por 3 (três) sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 154 do Regimento Interno (Reforma da Constituição)

#### 3ª Sessão

Proposta de emenda nº 30, de 1995, à Constituição do Estado, apresentada pelo deputado Calúni Crespo e outros, alterando dispositivo do artigo 180, daquele diploma legal, que dispõe sobre áreas definidas em projeto de loteamento como áreas verdes ou institucionais.

#### Em pauta por 1 (uma) sessão

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 218 do Regimento Interno (Redação)

1-Projeto de lei Complementar nº 36, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, instituindo Gratificação Executiva. Parecer nº 834, de 1995, da Comissão de Redação.

2-Projeto de lei Complementar nº 63, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, elevando as referências iniciais e finais das classes integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. Parecer nº 835, de 1995, da Comissão de Redação.